

INAUGURAÇÃO DO XVIII CONCURSO MICAELENSE DA RAÇA HOLSTEIN FRÍSIA

Ribeira Grande, 21 de junho de 2019

Transcrição da intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro

Em primeiro lugar, permitam-me que agradeça o convite que me foi dirigido para estar hoje aqui convosco, nesta cerimónia que marca o início desta exposição, deste concurso que tem uma importância considerável e bastante efetiva naquilo que se constitui, desde logo, como evidência da qualidade que tem sido possível alcançar no efetivo pecuário leiteiro da nossa Região.

Mas também do trabalho que tem sido desenvolvido para mostrar aquilo que se faz bem aqui nos Açores, aquilo que se faz bem do ponto de vista da genética e do efetivo leiteiro aqui na nossa Região e, em concreto, na ilha de São Miguel.

Este é um trabalho que a Associação Agrícola de São Miguel tem desempenhado bem, não apenas com a realização deste evento e de outros eventos semelhantes, mas também naquilo que tem sido a sua prestação e o seu trabalho para além das fronteiras da nossa Região.

Ainda recentemente tivemos um exemplo claro na Feira Nacional da Agricultura, em Santarém, num trabalho que, com a organização da Associação Agrícola de São Miguel e com o apoio do Governo dos Açores, foi possível desenvolver e reforçar a identidade a nível nacional daquele que é o percurso que temos feito no setor agrícola e daquelas que são as mais valias que a Região Autónoma dos Açores apresenta nesse domínio.

Não posso, obviamente, deixar de reconhecer e enaltecer este papel, quer por aquilo que aqui hoje nos reúne, quer por aquilo que tem sido esse percurso de evidenciar e de trabalhar para mostrar aquilo que de bom se faz na nossa Região, obviamente naquilo que tem a ver com o setor agrícola.

Centrar-me-ei em três ideias que me parecem fundamentais neste momento. Ideias que foram já, de certa forma, abordadas pelo senhor Presidente da Associação Agrícola, mas que não é demais realçar para que todos nós possamos ter a consciência clara e inequívoca daquilo que está em causa neste momento, onde é que nos situamos, o trabalho que necessitamos de fazer, aquilo que é o nosso posicionamento face a alguns desafios externos e internos com que a Região e, em particular, o setor agrícola estão confrontados num futuro próximo.

Para referirmos aquele que é o primeiro desses desafios e que é claramente um desafio externo, vivemos, ao nível da União Europeia, um momento decisivo quanto àquilo que a própria União Europeia quer para si e aquilo que ela significa para um conjunto de áreas e de políticas em que tem sido habitual ser a União Europeia a definir um conjunto de critérios, um conjunto de políticas e de medidas que relevam para cada uma das parcelas do território que compõem a União Europeia.

Aquilo que está em causa na discussão do próximo Quadro Comunitário de Apoio, as perspectivas financeiras plurianuais para o período 2021-2027 é, no âmbito do setor agrícola e naquilo que especificamente tem a ver com a nossa Região, como Região Ultraperiférica, no quadro do POSEI, uma matéria de importância fulcral.

Da parte do Governo dos Açores, tem sido desenvolvido um trabalho que tem produzido os seus resultados. Esse trabalho não foi só do Governo dos Açores, envolveu também outras entidades, desde logo a Federação Agrícola dos Açores, quanto à sensibilização para que não é possível, não é aceitável um corte de qualquer verba no POSEI.

O próprio Comissário da Agricultura, cessante, é certo, mas o Comissário da Agricultura, o senhor Phil Hogan, numa visita à nossa Região, assumiu claramente que não haveria esse corte.

Mas, devemos aprofundar um bocadinho mais a nossa análise sobre isso e, sobretudo, devemos estabelecer uma relação muito clara entre aquilo que é a posição relativa da nossa Região desse ponto de vista, se se confirmarem aqueles que são os procedimentos para o 'pilar um' da Política Agrícola Comum, nomeadamente os dirigidos ao nosso país.

Não é aceitável que, desse ponto de vista, apenas com a questão do não corte, possamos ficar numa posição de desvantagem comparativa. Nisso o Governo Regional está profundamente empenhado - de não haver uma discriminação negativa dos Açores quanto às verbas do POSEI. Seja por via daquilo que é um corte - consideramos de boa fé como válidas as garantidas dadas pelo ainda Comissário Europeu Phil Hogan - seja por via daquilo que resultará de um crescimento à volta dos 4,8 a 5% para o 'pilar um' da Política Agrícola Comum para o nosso país e que tem, obviamente, que ter também uma reprodução naquilo que tem a ver com o nosso setor agrícola e com os apoios para a agricultura açoriana.

Essa componente de desafios externos, que se evidencia de uma forma mais notória, digamos assim, com essa questão financeira, não se pode esgotar apenas na questão financeira.

Estamos à beira de ter um novo responsável pela pasta da Agricultura na Comissão Europeia, pelo menos é isso que é espetável nesta fase de desenvolvimento desses trabalhos, temos um novo Parlamento Europeu, no qual os Açores têm também um eurodeputado, e é necessário articularmos cada vez mais esforços e desenvolvermos parcerias para que a Região fale a uma só voz em relação àquilo que são as suas pretensões face à União Europeia, suscitem elas uma intervenção da própria Comissão, do Parlamento Europeu ou do próprio Governo da República e dos governos nacionais.

Isso permite-me ligar ao segundo aspeto que eu gostaria de salientar também nesta oportunidade e que se prende um pouco com as sugestões e com as propostas que foram apresentadas pelo senhor Presidente da Associação Agrícola de São Miguel e que tem sido uma nota característica da atuação do Governo Regional.

O Governo tem uma ideia e tem propostas em relação àquilo que pretende fazer, mas acha fundamental que essas propostas e essas ideias sejam testadas, sejam colocadas à crítica e ao debate por parte dos parceiros sociais. É assim que tem sido. É assim que tem acontecido, suscitem essas propostas a crítica, a discordância, como também acontece e

já foi aqui referido, essa discordância é assumida frontalmente, ou suscitam elas a concordância e o trabalho conjunto de estudo e análise que é desenvolvido.

É assim que o Governo tem agido e é assim que o Governo quer continuar a agir, porque é dessa maior possível congregação de vontades, congregação de perspetivas, no fundo, dessa união à volta daquele que é o caminho que se pretende seguir, no caso concreto na nossa agricultura, mas também na nossa Região, que reside a grande força e que, na minha opinião, reside também uma das grandes justificações para que muitas das medidas que têm sido criadas por parte do Governo Regional tenham suscitado uma adesão significativa por parte dos nossos agricultores.

Para vos dar uma ideia muito concreta daquilo que eu falo, quando falo daquilo que é essa adesão, foi desenhado um programa regional de componente agrícola no âmbito dos fundos comunitários que estão em vigor, no âmbito do PRORURAL+, e a adesão que é possível constatar quanto ao aproveitamento dessas prioridades políticas de investimento, também privado, é particularmente positiva. Estamos a falar em cerca de nove centenas de projetos de investimento privado neste domínio e que suscitaram um investimento à volta dos 90 milhões de euros.

Isto é investimento privado, isto é uma expressão clara de que aquela orientação, de que aquela estratégia, do ponto de vista do investimento privado, suscitou a adesão por parte daqueles que fazem desta a sua vida do dia a dia.

Serve isto para salientar este aspeto que me parece absolutamente fundamental: a cooperação, o diálogo, a assunção clara das diferentes perspetivas que cada um tem quanto ao caminho que deve seguir, mas, sobretudo, essa capacidade, que tem sido uma constante ao longo do tempo, de podermos acordar, no essencial, quanto a esse caminho que devemos seguir e de nos mobilizarmos todos para concretizar e ultrapassar os desafios que temos nesta área.

O terceiro aspeto que gostaria de partilhar convosco tem a ver também com aquilo que é um desafio interno e que é, interessa não deixar esquecer - aí estamos absolutamente de acordo - a questão do rendimento dos nossos agricultores, do qual uma das componentes fundamentais é, efetivamente, a componente do preço do leite pago à produção. Não se esgota aí, mas essa é uma das componentes fundamentais.

Se, até este momento, não temos este desafio ainda presente, pois muito bem, então vamos novamente sentar-nos todos à mesa e ver de que forma é que, entre aquilo que é a capacidade das políticas públicas e aquilo que é a capacidade de cada um dos privados de mobilizar, de orientar a sua atividade para uma cada vez maior valorização dos produtos da nossa Região, nós consigamos, não apenas que os produtores tenham um maior e melhor rendimento, mas que toda essa cadeia possa fortalecer o seu valor e o seu contributo para a economia da nossa Região.

Há, efetivamente, aspetos que competem de forma, não diria exclusiva, mas quase exclusiva à componente pública. A velha tripla 'caminhos, água e luz' é uma matéria na qual continuamos a apostar e continuamos a concretizar investimento público, mas também noutros domínios. Ainda recentemente foi inaugurado o Matadouro da Graciosa, que completa esta rede regional de abate moderna e modernizada – temos ainda uma situação em São Jorge para resolver – e que leva a novos desafios.

A certificação, por exemplo, é um desses desafios, que só surge porque temos investimento que foi realizado nesta rede regional de abate e que permite que agora possamos, com confiança, encarar esse desafio de certificar toda esta cadeia com um objetivo fundamental, que não é termos apenas matadouros certificados, mas é o objetivo de, com a certificação dos matadouros, podermos contribuir para uma melhoria do rendimento, para uma melhoria da rentabilidade das nossas explorações, especialmente daquelas que se dedicam a essa área, ou nas quais essa área tem uma componente fundamental.

Quarta ideia de que gostaria de partilhar convosco tem a ver com a aposta de futuro que temos que continuar a fazer na nossa Região em termos de setor agrícola. Da parte dos jovens, da parte da juventude, aquela que tem sido uma aposta quanto a essa oportunidade, quanto a dar futuro à agricultura na nossa Região, é uma matéria que também tem sido evidenciada, por exemplo, por via da adesão às candidaturas ao PRORURAL, que têm também tido uma expressão muito significativa do ponto de vista dos montantes do investimento em projetos de apoio à primeira instalação.

No caso da nossa Região, o senhor Secretário corrigir-me-á se eu estiver enganado, anda à volta dos nove milhões de euros o montante de investimentos que nestes quatro anos do Quadro Comunitário de Apoio foram feitos em termos de apoio a projetos de primeira instalação. Significa isso que devemos dar por concluído este desafio? Não.

Não, porque hoje, cada vez mais, temos outras áreas pelas quais passa o sucesso dessa aposta, não apenas naquilo que tem a ver com o apoio ao investimento, a equipamento ou a instalações, mas aquilo que tem a ver, sobretudo, com o apoio a investimento na capacidade, na qualificação dos jovens agricultores de fazerem cada vez melhor.

Temos uma iniciativa do Governo Regional que está já a ser debatida e construída que é o programa Jovem Agricultor, que, em três ou quatro áreas fundamentais, da formação, da partilha de conhecimentos, da criação de condições para o acesso a financiamento bancário, para dar melhores condições para o desenvolvimento desta atividade, encerra em si, de forma muito clara, aquela que é a nossa perspetiva, que se resume, neste caso concreto, na aposta na juventude e no rejuvenescimento deste setor, mas que pode ser também transposta para toda aquela que é a nossa aposta neste setor agrícola.

Isso torna-se particularmente claro se virmos a evolução que temos tido ao longo do tempo. Nós fizemos um percurso que é particularmente evidente e particularmente meritório, desde logo, pela ação dos nossos agricultores e dos nossos empresários agrícolas. Mas isso não é suficiente, isso não nos deve bastar.

Da parte do Governo Regional, como entidade pública, o objetivo que assumimos claramente é que, naquelas soluções que, porventura, não resultaram da maneira que nós gostaríamos que tivessem resultado, foram criadas na expectativa de um determinado resultado, de uma determinada adesão e, porventura, não o tiveram, cá estamos para reconhecer que temos que mudar alguma coisa, temos que alterar aquelas que são as nossas medidas para que elas possam cumprir os seus objetivos. Mas também naquilo que são novos desafios que a situação que temos permitiu criar. É o caso, por exemplo, desta questão da certificação da carne, que posso tornar mais evidente com este exemplo.

É para isso que cá estamos. Para, em articulação, em cooperação com os nossos agricultores e com as associações que são representativas dos nossos agricultores, podermos fazer esse trabalho quotidiano com a ideia clara de que todos nós, pese embora as diferentes perspetivas de cada um, trabalhamos para o mesmo objetivo. Pese embora as discordâncias neste, naquele ou noutro aspeto, eu não acredito que nenhum dos intervenientes não queira o melhor para este setor, desde logo porque é nele que está a sua riqueza, é nele que está o seu rendimento, é nele que está a sua vida profissional.

Temos que ser capazes deste trabalho de mobilização, de congregação, de diálogo e de parceria para desenvolver aquelas que são as apostas estratégicas que temos à nossa frente. Tem sido possível desenvolver esse trabalho, estou convicto que continuará a ser possível desenvolver esse trabalho, com o respeito, obviamente, por aquilo que é a margem de atuação de cada um.

Eu até podia, recorrendo à imagem que o senhor Presidente da Associação Agrícola de São Miguel utilizou dos casamentos, dizer que ‘entre marido e mulher ninguém meta a colher’, mas não é bem esse o caso. A ideia está percebida, mas também a ideia tem que ser clara quanto àquilo que é o limite, a fronteira de atuação das entidades públicas em relação a determinadas áreas. Há áreas nas quais as entidades públicas não podem, nem devem interferir. Isso deve ser deixado à qualidade, à competência, àquilo que é o engenho e a arte de cada um dos intervenientes neste setor.

Resta-me desejar as maiores felicidades para mais esta edição, a 18.^a do concurso da raça Hostein Frísia, que este seja um momento que sirva, não apenas os nossos agricultores do ponto de vista de poderem evidenciar aquilo que tem sido feito, mas que seja um momento de enaltecimento da qualidade, do saber fazer açoriano nesta área fundamental que é a nossa agricultura, para benefício deste setor e para benefício de toda a nossa Região.”